IV SEMANA DA DEMOGRAFIA

DEMOGRAFIA DOS INVISIBILIZADOS: FORTALECENDO PRESENÇAS QUE ESCAPAM

UNICAMP – 06 a 10 de abril de 2026

O PROCESSO DE TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA DE JOVENS MULHERES CADEIRANTES: PERCEPÇÕES E CONCEPÇÕES SOBRE AUTONOMIA, (IN)DEPENDÊNCIA E CUIDADO

Juliana Salles Madeira[1]

RESUMO

Este resume tem como objetivo expor alguns elementos centrais de uma pesquisa de doutorado em andamento no Programa de Pós-Graduação de Demografia da Unicamp, afim de contribuir com a Sessão Temática 10 – População, Políticas Sociais e Vulnerabilidades, da Semana da Demografia da Unicamp. Na pesquisa em geral, estou assumindo que o processo de transição para a vida adulta é marcado por uma série de mudanças de status, que implicam paulatino ganho de autonomia e independência do indivíduo em relação à sua família de origem. Nesse contexto, apresento neste resumo de alguns avanços da pesquisa bibliográfica e da analise conceitual sobre o processo de transição para a vida adulta considerando o caso específico de mulheres cadeirantes e suas percepções sobre autonomia, independência e seu entendimento sobre a vida adulta. Almejo trazer questionamentos sobre o significado da escolarização, do trabalho, da família e o lugar que essas dimensões ocupam no seu projeto de vida, considerando como a relação com cuidadoras e restrições de mobilidade no espaço urbano podem modificar a visão sobre si e seu grau de autonomia. A pesquisa no geral está se utilizando de uma metodologia de pesquisa bibliográfica e análise conceitual, voltada à construção do arcabouço teórico-analítico que se relacionará com a leitura e interpretação das entrevistas no trabalho de campo. Serão feitas entrevistas semiestruturadas com mulheres jovens cadeirantes de 20 a 35 anos, residentes em Campinas-SP, contudo este resumo considera apenas o acúmulo da pesquisa bibliográfica já feita.

Palavras-chave: Transição para a vida adulta; Curso de vida; Deficiência; Autonomia; Mulheres.

INTRODUÇÃO

Os estudos demográficos costumam conceituar a transição para a vida adulta a partir de uma série de mudanças de status que sinalizam a assunção de novos papéis e responsabilidades. Tais mudanças são caracterizadas pela ocorrência dos seguintes eventos: a saída da escola; a entrada no mercado de trabalho; a constituição de domicílio independente da família de origem; a formação de um par conjugal; e o nascimento do primeiro filho. Nota-se, portanto, que o debate sobre transição para a vida adulta aborda

[1] Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. E-mail: juliana_madeira@yahoo.com.br

necessariamente dimensões que perpassam "a vida produtiva, o grupo doméstico e a família" (Vieira, 2009, p. 9). Na prática, ao assumir novos papéis, a pessoa também vivencia uma transformação da própria identidade e da percepção sobre si, ao passar de "estudante a trabalhador; de membro dependente de um domicílio a responsável por seu próprio domicílio; de solteiro a pessoa em união; e do desempenho do papel exclusivo de filho, ao exercício da paternidade ou maternidade" (Vieira, 2009, p. 9).

Os estudos sobre transição para a vida adulta, em geral, chamam a atenção para o adiamento de boa parte dos eventos que caracterizam a entrada na vida adulta. Observa-se o prolongamento do tempo de escolarização, o adiamento das idades de entrada no mercado de trabalho e união, e ademais, é preciso reconhecer a decisão consciente e voluntária de parte dos jovens de não casar e/ou ter filhos.

A literatura também indica que a ideia de transição para a vida adulta origina-se de mudanças importantes na forma de encarar as idades e segmentar as fases da vida. A modernização das sociedades e a complexificação da estrutura produtiva favoreceram a organização do tempo de vida humano em três grandes momentos: 1) aquele dedicado à escolarização (associado à infância e à juventude), 2) a vida produtiva propriamente dita (associada à vida adulta), e 3) a aposentadoria (relacionada à velhice). A necessidade de "aquisição de habilidades, domínio de códigos e inserção no mundo produtivo que exigem socialização e formação altamente complexas" (Vieira, 2009, p. 13) estendeu o tempo atribuído à juventude.

No debate sobre a transição para a vida adulta, os conceitos de ciclos de vida e curso de vida se diferem, pois, enquanto a noção de "ciclos de vida" está associada a uma perspectiva sociobiológica, na qual há eventos obrigatórios e iguais para todos os seres vivos (nascer, crescer, se reproduzir e morrer), a noção de "curso de vida" ressalta o livre arbítrio, a percepção de que há escolhas feitas pelos próprios indivíduos que tornam sua trajetória única e potencialmente diferentes daquela dos demais. Ou seja, enquanto o ciclo de vida traz a ideia de um roteiro predefinido para a experiência de todos os viventes, o

curso de vida ressalta a ideia de que cada pessoa é autora do script de sua própria vida (Vieira, 2009).

Por conta desse movimento, de surgir ciclos da vida que devem sempre considerar as possíveis mudanças exigidas pelos seus cursos e trajetórias, nos deparamos com o conceito da história das idades, ou seja, com "noções de periodização da vida, categorias de idade e preocupações com a estrutura do ciclo de vida" (Vieira, 2009, p. 15). Neste conceito, as idades são classificadas como fixas e neutras, surgidas de timings conceituais mais ou menos rígidos (Vieira, 2009). Na definição dessas faixas de idade, consideram-se momentos de padronização, na fixação de um timing que vai se padronizando no curso da vida, para ter uma demarcação e um referencial do seu ciclo. Mas também de despadronização, uma mistura das categorias e figuras padronizadas (Vieira, 2009). Neste trabalho, trataremos a transição para a vida adulta como um momento especial do curso da vida de mulheres cadeirantes residentes em Campinas (SP).

TRANSIÇÃO PARA A VIDA SOB A QUESTÃO DA DEFICIÊNCIA

O tempo, para Motta (2006), está cada vez mais fragmentado e criando mais idades. Existe uma tendência crescente da transição para a vida adulta ser menos definida pelos marcadores sociais e coletivos, para ganhar força o papel da consciência e da ação dos indivíduos, isto é, como uma questão de trajetória de vida individual e sua consciência sobre a realidade social. As perspectivas individuais estão cada vez mais se apresentando como um hiperativo, onde surgem descompassos entre um ideal de adulto inculcado na consciência, produzido pelas diversas relações sociais adquiridas no curso da vida, e a habilidade de realizar esse ideal.

Nesse sentido, para Motta (2006) a família é um elemento que ajuda a montar e significar os indivíduos, embora suas dimensões estejam bem modificadas. A relação entre gênero e geração tem sido ressignificada e discutida dentro de diferentes categorias

e sentidos. A autora argumenta como os ciclos de vida estão sendo repensados, sobretudo em sua versão analítica, isto é, de como suas estruturas se alteram especialmente no debate da autora de gênero, família e trabalho. As novas dinâmicas relacionam o trabalho, gênero e a idade para cada fase, e elas sendo menos demarcadas. Por isso, a relação do Estado, do cuidado e da família tem sido repensada continuamente.

Contudo, para além do debate clássico, ou até mesmo normativo, existente da passagem para a vida adulta, considera-se como hipótese parcial que as pessoas com alguma deficiência podem vivenciar expectativas sociais diferenciados, por isso propomos aqui uma perspectiva crítica aos padrões funcionais e reprodutivos da corponormatividade e do capacitismo ao capitalismo tratados pela teoria crip (McRuer, 2024; Magalhães, 2012; Mello, 2014). Essa perspectiva articula ao tempo, o espaço; articula ao primeiro emprego, os padrões normativos e sexuais de gênero rígidos necessárias a iniciação a vida produtiva; articula à família, a gerência capitalista que conforma um ideal de família eficiente. Ou seja, incrementa e baliza a todo o debate um caráter relacional e situacional.

A teoria crip tem se proposto a relacionar os estudos da deficiência com os estudos queer. O termo crip, que, em tradução livre, se define literalmente “aleijado”, foi apropriado por um movimento mais ou menos organizado de artistas ativistas com deficiência visando ressignificar o sentido de inferiorização e negação que a palavra carregava (McRuer, 2024). A teoria crip busca mostrar como tanto a heterossexualidade quanto à capacidade corporal são determinadas como normas compulsórias na sociedade, onde são impostas ideias de sexualidade e corporalidade totalizantes e únicos. Nesse ponto, McRuer (2024) propõe um conceito chamado “capacidade corporal compulsória” e argumenta que este evidencia um sistema que está associado a outro sistema, da heterossexualidade compulsória (McRuer, 2024, p. 29), isto é, a uma normatividade cruzada onde o capacitismo e a heteronormatividade se reforçam mutuamente.

Nessa perspectiva, Campbell (2001) define o capacitismo como "uma rede de crenças, processos e práticas que produz um tipo particular de Eu e Corpo (o padrão corpóreo) que se projeta como o perfeito, típico da espécie e, portanto, essencial e plenamente humano. A deficiência, então, é apresentada como um estado diminuído do ser humano" (Campbell, 2001, p. 5). Concordamos com a autora, quando entendemos que o capacitismo produz a deficiência como uma contra imagem à capacidade corporal desejada: com um par de dependência da deficiência com um corpo supostamente sem deficiência, atribuindo a deficiência a parte pejorativa, que precisa de intervenção clínica individual.

Por isso, para Piccolo (2024), o capacitismo se torna "[...] uma ideologia que hierarquiza sujeitos em razão de padrões corporais, comportamentais e funcionais desenhados por setores hegemônicos e que justifica situações de desigualdade como inevitáveis" (Piccolo, 2024, p. 5), objetivando esvaziar a "arbitrariedade e intencionalidade da norma, mantendo, dessa forma, intactas as relações de poder que colocam esta experiência em situação de liminaridade (Piccolo, 2024, p. 5).

Contudo, para além de uma ideologia, para Piccolo (2024) as relações sociais de produção do sistema capitalista tiveram como uma de suas medidas fundamentais a definição de quais corpos seriam eficientes e ineficientes, aptos ou inaptos para sua forma produtiva. Existe, portanto, "uma estrutura material que sustenta os tentáculos do capacitismo" (Piccolo, 2024, p. 6). Isto é, "o capacitismo não se materializa somente como um caso de ignorância e atitudes negativas em relação a certos padrões existenciais" (Piccolo, 2024, p. 6), não é porque tenho mais ou menos acesso a informações anticapacitistas que isso excluirá o fato de que existe um sistema exigindo tipos de corpos para sua forma produtiva.

Ampliando a discussão sobre o capacitismo a um nível de estrutura produtiva e cultura, McRuer (2024) entende que o neoliberalismo e a condição pós-moderna precisam cada vez mais dessa aliança entre corporalmente capaz e heterossexualidade compulsória,

pensando um sistema econômico e cultural no qual imaginam os corpos e as sexualidades. Ele relaciona a teoria da flexibilidade dos corpos e da flexibilidade econômica, e de como elas se articulam com a deficiência e a heterossexualidade compulsória. Nas experiências humanas do corpo e da produção social, ele parte de uma teoria crítica da sociedade capitalista que exige corpos produtivos, eficientes e heterossexuais, enquanto marginaliza corpos e sexualidades desviantes. Por isso é importante o alinhamento proposto por McRuer (2024) com o queer, funcionando como o "queer" dos estudos da deficiência, questionando identidades fixas e normas dominantes.

No capitalismo e seu efeito estrutural de individualização dos sujeitos, um movimento muito importante que entendo que seja importante de tratar nessa discussão é o alto grau de diferenciação do número de estados ou status ao longo do curso de vida, aliado, também, a pluralização do seu curso, que tem a ver com a maior heterogeneidade de trajetórias ou de estados possíveis (Vieira, 2009, p. 25). Porque a individualização é tida como um marcador da heterogenização do status do curso da vida, que nos remete a duas importantes dimensões: a autonomia e a independência.

Para Vieira (2009), a independência está mais vinculada a aspectos econômicos. Seria a capacidade de gerar recursos com os quais prover o auto-sustento. Já a autonomia, está na dimensão da capacidade de agir por si, na relação consigo e com a sociedade. Ela pressupõe certo desenvolvimento intelectual e emocional, pois exige que a capacidade de julgamento esteja desenvolvida. Então não tem haver só sobre o que é errado ou certo para a pessoa, ou se isso está alinhado à sociedade.

Até certo ponto da sua discussão, Magalhães (2012) e Luiz (2023) buscam definir os termos da autonomia e independência de modo semelhante a Vieira (2009). Para Magalhães (2012) e Luiz (2023), o termo autonomia estaria também voltado às decisões e deliberações sobre a própria vida; e a independência estaria voltada a ideia de deter o controle sobre o ambiente físico e social, ou mesmo sobre a capacidade para executar tarefas e atender por si só suas necessidades imediatas (Magalhães, 2012, p. 76).

Contudo, para Magalhães (2012) e Luiz (2023), é preciso ir além dos sentidos naturalizados pela subjetivação neoliberal de autonomia e independência, que não consideram que os níveis de independência variam com as características da deficiência e as mudanças necessárias na sua realidade para sua ação sobre ela. Elas analisam que, no âmbito social, a autonomia se tornou negativamente uma condição para a sociedade, pois leva os indivíduos como atomizados e inteiramente responsáveis pelos seus interesses, como atores agindo livremente na forma da competição de um com o outro, pressupondo a igualdade plena de oportunidades. Ou seja, com o avanço da sociedade guiada pelos princípios neoliberais, ela se tornou o movimento obrigatório dos indivíduos livres, autônomos e independentes, que absorvem esses princípios.

Diante dessa exigência, para Luiz (2023, p. 41), "torna urgente e inevitável o rompimento com os ideais liberais de autonomia e independência, que estão fortemente presentes no contexto social em geral", de modo que "romper com esses ideais é fundamental, uma vez que eles invisibilizam a dependência e a interdependência como inerentes à condição humana" (Luiz, 2023, p. 41), bem como "desqualificam o cuidado, que é uma necessidade elementar para parte das pessoas com deficiência, ainda que todas as barreiras sejam removidas" (Luiz, 2023, p. 41).

Para Magalhães (2012), "a autonomia refere-se a um modo de vida, ela seria uma aspiração geral sobre uma existência social particular" (Magalhães, 2012, p. 77). Já a independência, "seria um dos aspectos desse processo, mas não uma faceta condicionante, pois é possível ser autônomo mesmo com um alto grau de dependência física" (Magalhães, 2012, p. 77-78).

Tendo essa perspectiva em vista, na relação da cuidadora com a pessoa a ser cuidada, a cuidadora deve possibilitar a realização da autonomia da pessoa cuidada, porque senão o auxílio, que deve pressupor a independência como dependência ao outro segundo suas deficiências, torna privação, e não realização. É preciso trazer uma perspectiva crítica à dependência como negativa e inferiorizante; é preciso criticar o

caráter gregário e as diversas dependências que se apresentam sempre ocultas mesmo cumprindo papeis fundamentais nas relações sociais. É preciso, também, considerar seu caráter ativo, onde as dependências variam a partir dos seus contextos relacionais e situacionais. Neste trabalho, pretende-se caracterizar a partir das entrevistas com as mulheres cadeirantes a complexidade da relação entre a pessoa com deficiência e o cuidado.

Por isso, partimos do cuidado como uma prática relacional entre as pessoas, onde alguém cuida de alguém que é cuidado, conformam diferentes relações e inserções sociais das pessoas na sociedade. E também depende do contexto situacional, onde as práticas de cuidado tendem a ser permeadas por esse caráter relacional de um Eu com o Outro, o que impossibilita a adoção de princípios ou regras universais onde toda relação expressa todas as relações (Gesser; Zirbel; Luiz, 2022, p. 3).

Desse modo, este trabalho parte das discussões clássicas da Demografia sobre os ciclos e trajetórias de vida, considerando os movimentos de padronização/despadronização, heterogenização e pluralização que o caráter relacional e situacional dos tempos históricos determinam em suas periodizações e conceituações. Do mesmo modo, consideramos a autonomia e independência como conceitos chaves que nos permitem um ponto privilegiado de observar as mudanças para a vida adulta em toda a discussão que envolve a história das idades.

Contudo, partimos da perspectiva que esses elementos ainda são altamente normativos para pensar a transição pela ótica da pessoa com deficiência. No capitalismo sob o auspício do neoliberalismo, para pensar na alta intensidade de individuação dos sujeitos e suas condições de autonomia e dependência, nos utilizamos da teoria crip (capacidade corporal compulsória, capacitismo e heterossexualidade compulsória) e nos problemas da noção de dependência para investigar o processo de transição para a vida adulta de mulheres cadeirantes e suas especificidades em relação ao cuidado e à construção de autonomia e independência individual.

INSTRUMENTOS METODOLÓGICOS E FORMA DE ANÁLISE

Este trabalho se utiliza de uma metodologia de pesquisa bibliográfica e análise conceitual, voltada à construção do arcabouço teórico-analítico que se relacionará com a leitura e interpretação das entrevistas qualitativas. A pesquisa bibliográfica está abrangendo a literatura nacional e internacional sobre transição para a vida adulta, curso de vida, gênero e teoria crip, com ênfase nos estudos demográficos que discutem mudanças de status, autonomia e independência das mulheres cadeirantes.

A análise conceitual está consistindo na sistematização crítica de categorias centrais, examinando seus usos, pressupostos normativos e tensões internas na literatura. Esse procedimento permitirá confrontar os modelos teóricos consolidados com as narrativas empíricas das mulheres cadeirantes, de modo a identificar continuidades, deslocamentos e reconfigurações conceituais, assegurando que a análise das entrevistas seja ancorada em uma interpretação reflexiva e não normativa das trajetórias de transição para a vida adulta.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, orientada pela perspectiva do curso de vida, que reconhece o papel das escolhas individuais, das contingências do grupo de interlocutoras e das temporalidades sociais na conformação das trajetórias. Está em fase de realização de entrevistas semiestruturadas com mulheres cadeirantes com idades entre 20 e 35 anos, residentes no município de Campinas-SP. As entrevistas abordarão trajetórias educacionais, experiências de inserção no mercado de trabalho, relações familiares e de cuidado, bem como percepções sobre autonomia, independência e vida adulta. A análise do material empírico será conduzida por meio de análise temática, buscando apreender regularidades e singularidades nas narrativas das participantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa bibliográfica até o momento indicam que a transição para a vida adulta entre mulheres cadeirantes é marcada por trajetórias fortemente atravessadas por processos de despadronização e latência, conforme os conceitos trazidos da discussão de Vieira (2009). A escolarização e o trabalho estão aparecendo como dimensões centrais dos projetos de vida, porém frequentemente condicionadas pelo capacitismo no mercado de trabalho. A constituição de domicílio independente e a formação familiar mostram-se fortemente tensionadas pelas noções de dependência e cuidado que as mulheres adquirem. Contudo, a escolarização, o trabalho e a constituição de domicilio com formação familiar devem ser relacionados ainda com a fase de entrevistas desta pesquisa.

A relação com cuidadoras, sejam elas familiares ou profissionais, emerge como um elemento importante na experiência da autonomia na pesquisa bibliográfica já feita, revelando ambiguidades entre suporte e limitação da independência. Essas categorias explicitam e suscitam questionamentos centrais na pesquisa em andamento, pois provocam a pensar sobre as concepções normativas de autonomia baseadas exclusivamente na independência física e econômica, sugerindo a necessidade de ampliar o entendimento da demografia sobre o que significa “ser adulto”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo está se demonstrando importante para evidenciar que a transição para a vida adulta, no caso de mulheres cadeirantes, não pode ser compreendida apenas por modelos lineares ou universalizantes usualmente utilizados por um debate clássico e/ou normativo. Ao mobilizar a noção de curso de vida, a pesquisa tem demonstrado como a deficiência reconfigura temporalidades, escolhas e expectativas sociais, existindo uma abertura para existir trajetórias singulares de autonomia e independência, nas quais as mulheres cadeirantes estão provocando rupturas em concepções clássicas e normativas.

A fase de entrevistas será fundamental para isso. Ao dar centralidade às narrativas dessas mulheres, o trabalho contribui para o aprofundamento do debate demográfico sobre transições para a vida adulta e aponta para a importância de pesquisas voltadas à reflexão crítica sobre as mulheres cadeirantes.

REFERÊNCIAS

CAMPBELL, Fiona Kumari. Inciting legal fictions: disability's date with ontology and the ableist body of the law. **Griffith Law Review,** Austrália, v. 10, n. 1, p. 42-62, 2001.

GESSER, Marivete; ZIRBEL, Ilze; LUIZ, Karla Garcia. Cuidado na dependência complexa de pessoas com deficiência: uma questão de justiça social. **Estudos Feministas,** Florianópolis, SC, v. 30, n. 2, n. art. e86995, 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/1806-9584-2022v30n286995

LUIZ, Karla Garcia. **Implicações psicossociais do cuidado:** uma análise a partir das experiências de mulheres com deficiência que vivenciam a dependência complexa. 2023. 122f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/247724. Acesso em: 22 jan. 2026.

MAGALHÃES, Erika Barreto. **O corpo rebelado:** dependência física e autonomia em pessoas com paralisia cerebral. 2012. 322f. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) – Faculdade de Educação; Universidade Federal do Ceará, Université de Strasbourg, École Doctorale Sciences Humaines et Sociales, Fortaleza, CE, 2012.

MCRUER, Robert. **Teoria crip:** signos culturais entre o queer e a deficiência. Tradução supervisionada por Anahí Guedes de Mello e Olivia von der Weid. Rio de Janeiro, RJ: Papéis Selvagens Edições, 2024.

MELLO, Anahí Guedes. **Gênero, deficiência, cuidado e capacitismo**: uma análise antropológica de experiências, narrativas e observações sobre violências contra mulheres com deficiência. 2014. 260f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2014.

MOTTA, Alda Britto. Gênero, família e fases do ciclo de vida. **Caderno CRH,** Salvador, BA, n. 29, p. 13-20, 1998. DOI: https://doi.org/10.9771/ccrh.v11i29.18735

PICCOLO, Gustavo Martins. Capacitismo: uma categoria útil para a análise histórica das marginalizações sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais,** São Paulo, SP, v. 39, n. art. e39015, 2024. DOI: https://doi.org/10.1590/39015/2024

VIEIRA, Joice Melo. **Transição para a vida adulta em São Paulo:** cenários e tendências sócio-demográficas. 2009. 208f. Tese (Doutorado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2009.